

V SIMPOSIO IESA/SBSP
2002

Agricultura Familiar em Itinguçu – Estação Ecológica Juréia-Itatins (SP)
Nilce da Penha Migueles Panzutti

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
Centro de Estudos em Política e Desenvolvimento
Av. Miguel Stéfano, 3900
São Paulo – SP
04301-903
Tel: (11) 5073-0244 r. 2394
Fax: (11) 5073-4062
E-mail: panzutti@iea.sp.gov.br

**AGRICULTURA FAMILIAR EM ITINGUÇU:
Estação Ecológica Juréia-Itatins, Estado de São Paulo¹**

Nilce da Penha Migueles Panzutti²

RESUMO: O estudo realiza um diagnóstico de problemas e aponta algumas soluções para a agricultura familiar de Itinguçu, um bairro na fronteira da Estação Ecológica Juréia-Itatins, Estado de São Paulo. Utilizando-se a combinação e adaptação de métodos participativos e etnográficos, foram feitas entrevistas com os moradores e profissionais que atuam e atuaram na área durante as últimas três décadas. Os resultados obtidos elencam os impactos sócio-econômicos que vêm afetando a população e apontam algumas alternativas no sentido de restabelecer uma inserção sócio-econômica dos agricultores de subsistência, direcionada para uma sustentabilidade que associe homem e natureza.

Palavras-chave: diagnóstico rápido participativo(DRP), agricultura familiar, desenvolvimento local, meio ambiente.

**ITINGUÇU FAMILY FARMING IN THE JUREIA-ITATINS:
ECOLOGICAL STATION, SAO PAULO STATE, BRAZIL**

ABSTRACT: This paper diagnoses problems and presents solutions related to family farmers from Itinguçu, a district bordering the Juréia-Itatins Ecological Station. The use of complimentary ethnographic and participatory methodologies was adapted to interview dwellers and professionals acting in this area over the three last decades. Results cast light upon the socio-economic impacts affecting the population and also suggest alternative sustainability-oriented strategies for the socio-economic re-insertion of subsistence farmers, providing a linkage between man and nature.

Key-words: rapid participatory diagnosis, family farmers, local development, environment.

JEL Classification: D13, Q23, R23.

¹Este artigo é produto do projeto APTA/SAA 3.200000-15 financiado pelo PRONAF. Participaram do levantamento de campo: Maria Magdalena Matte Hiriart, Melissa Migueles Panzutti e Vera Tschiptschin Francisco.

²Socióloga, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: panzutti@iea.sp.gov.br).

1 - INTRODUÇÃO

O avanço do desenvolvimento econômico freqüentemente transgride os limites naturais, induzindo a reações desordenadas e na maioria das vezes destruidoras que desequilibram o ambiente. As alterações dos ecossistemas desestabilizam o modo de vida das populações que deles dependem.

A Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) foi criada pelo Decreto n.24.646, de 20/01/86, por conter dentro de seus limites um conjunto de ecossistemas marinhos e formações de Mata Atlântica com alto grau de preservação e interdependência, configurando-a como um complexo único que se destaca pela biodiversidade (Campos, 1992, citado por MARQUES e VACCARO, 1992).

A criação e a existência da EEJI representa a transformação de um espaço privado em público, já que em tal processo de transformação verifica-se uma mudança na condição do morador, que de posseiro passa a transgressor. Ademais, a relação homem-natureza coloca-se como um foco fundamental para aqueles que estão preocupados com o meio ambiente.

Dentre as questões ambientais, uma das mais importantes em relação à produção agrícola é a contradição que se estabelece entre a necessidade de conservação do importante patrimônio biofísico e as restrições às práticas agropecuárias e agroflorestais, desembocando na marginalização das comunidades que vivem em estreita relação de dependência com a natureza.

Pensando nas questões ambientais e as diversas populações que habitam as Unidades de Conservação, iniciou-se pelo estudo de Itinguçu, um bairro situado na fronteira rural-urbano da Estação Ecológica Juréia-Itatins, que posteriormente poderá ser aplicado aos bairros restantes, possibilitando a análise comparativa desses segmentos sociais entre si e o confronto com as demais Unidades de Conservação.

2 - OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo a realização de um diagnóstico da agricultura familiar de subsistência de Itinguçu para, dentro de uma perspectiva maior, permitir a investigação do impacto sócio-ambiental decorrente da criação da Unidade de Conservação.

Procuraram-se, também, respostas para as indagações relativas às possibilidades de preservação da biodiversidade do ecossistema incluindo a população humana em seu *habitat* atual.

Num momento em que todos os movimentos da economia local e mundial levam à exclusão social, este trabalho pretende contribuir para o levantamento de formas de inclusão sócio-econômica.

3 - METODOLOGIA

O estudo foi realizado com a combinação e adaptação de métodos participativos de

diagnóstico (MUZILLI, 1997; MUZILLI et al., 1998); ZOPP (MINISTÉRIO, 1987) e etnográficos (RICHARDS, 1961; WILLEMS, 1961). Foram realizadas 40 entrevistas com as 25 famílias presentes em Itinguçu, incluindo moradores com idade acima de 40 anos que moram ali desde antes da transformação do local em Estação Ecológica.

Efetuuou-se inicialmente um levantamento documental e bibliográfico sobre a Estação, de forma a se obter um pano de fundo e estabelecer parâmetros para a pesquisa de campo. A pesquisa refere-se ao período de 1970 a 2000. O trabalho de reconhecimento de campo, realizado em duas ocasiões, antecedeu a coleta realizada em 2000, quando foram colhidos os depoimentos de profundidade direcionados por roteiro com espaço para o discurso livre. Os temas abordados no roteiro referiram-se a: agricultura familiar, realidade sócio-econômica, organização comunitária, meio ambiente e preservação e situação fundiária.

Sobre esses temas foram entrevistados, também, moradores que deixaram Itinguçu e hoje moram em Peruíbe e profissionais que atuam ou atuaram na área (funcionários do Instituto Florestal, Agentes de Saúde, Professores, ONG, funcionários do antigo DPRN-SAA e políticos da Câmara Municipal de Peruíbe).

Parte do diagnóstico de Itinguçu foi realizada a partir da observação da comunidade reunida, em discussão de seus problemas mais prementes, relacionados à permanência e ao comércio local. Nessas reuniões estiveram presentes autoridades locais – diretor e funcionários da EEJI e autoridades políticas (vereadores de Peruíbe) e representantes da Secretaria do Meio Ambiente, da CUT, da COATI (ONG nomeada pela Promotoria Pública de Peruíbe), da Secretaria de Educação de Iguape, da Associação dos Moradores de Barra do Una, do Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e do PROTER-Iguape.

4 - A ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS

A EEJI é uma unidade de conservação habitada por um total de 1.031 pessoas distribuídas em 22 comunidades, dentre as quais Itinguçu, que dependem de novas formas de utilização dos recursos naturais e da reordenação das atividades econômicas.

Observando-se a distribuição etária de seus moradores, nota-se uma concentração de indivíduos nas faixas de 11 a 25 anos, isto é, um grande número de indivíduos que se incluem na faixa de população ativa (Tabela 1). Outro grupo etário que chama atenção é o das pessoas entre 26 e 50 anos que somadas representam quase 32% da população local. Todo esse contingente humano demanda atividades econômicas que garantam a sua sobrevivência e reprodução.

A EEJI, bem como toda a região do Vale do Ribeira, tem uma malha fundiária complexa e confusa, com sobreposição de áreas devolutas, griladas ou de posse. Moradores nativos e outros advindos de várias localidades, de outros municípios da região e de outros estados, principalmente do Nordeste, ocupam a área há muitos anos.

Tabela 1 - Distribuição Etária da População Residente
EEJI, Estado de São Paulo, 1995

Faixa etária	Homem	Mulher	Total	%
menor ou igual a 5	0	0	0	-
de 6 a 10	18	18	36	3,49
de 11 a 15	82	78	160	15,52
de 16 a 20	61	76	137	13,29
de 21 a 25	55	49	104	10,09
de 26 a 30	44	37	81	7,86
de 31 a 35	41	40	81	7,86
de 36 a 40	26	24	50	4,85
de 41 a 45	41	35	76	7,37
de 46 a 50	25	15	40	3,88
de 51 a 55	32	24	56	5,43
de 56 a 60	36	23	59	5,72
de 61 a 65	28	17	45	4,36
de 66 a 70	28	13	41	3,98
maior ou igual a 70	34	14	48	4,66
Não sabe	12	5	17	1,65
Total	563	468	1.031	100,0

Fonte: Instituto Florestal.

A situação fundiária é uma questão extremamente relevante, já que essas populações, sobretudo as tradicionais, não aceitam ser transferidas para regiões ecológica e culturalmente diferentes. Estudos já realizados nas comunidades indicam que entre os próprios moradores existem divergências não só quanto à permanência, como principalmente quanto ao desenvolvimento das atividades econômicas (OLIVEIRA e SILVA, 1992). Nesse aspecto, ocorrem inúmeros conflitos de interesses entre a população tradicional, a população adventícia e os órgãos encarregados da administração da Estação.

Existem na Juréia três tipos de moradores: a) os que nasceram e são filhos do lugar e os mais antigos, que se instalaram sem a preocupação com o título legal de posse e encontram-se nessa condição até hoje; b) posseiros que vieram de outras áreas de conflito e aí se instalaram, construindo casas e plantações, esperando algum dia obter a posse legal sem ameaça de expulsão; e c) pequenos proprietários que têm título de propriedade, tendo recebido o mesmo de herança ou comprado de outra pessoa (QUEIROZ, 1992).

Ao longo desses anos, a Juréia vem passando por processos de regularizações fundiárias, incluindo-se algumas desapropriações. As ações expropriatórias encontram-se ajuizadas nas Comarcas de Iguape, Itariri e Itanhaém (Vara Distrital de Peruíbe).

Em sua fase inicial, esses processos expropriatórios abrangiam 71,43% da área da Estação, restando áreas não levantadas, áreas com desapropriação indireta, áreas julgadas devolutas, áreas não ajuizadas e áreas sob o domínio do Estado ou não reivindicadas (MARQUES e VACCARO, 1992).

Esforços foram feitos, visando uniformizar os critérios técnicos usados nos cálculos

das ações indenizatórias dos diferentes processos, como, por exemplo, a proposta da Equipe do Litoral Sul-DRPE/IF para a realização de um inventário da floresta. No entanto, há um alto grau de imprecisão quanto ao volume da madeira real existente. Outra dificuldade é o que considerar como lenha e a partir de que diâmetro à altura do peito (DAP) amostra-se o palmito.

MARQUES e VACCARO (1992) afirmam que *"a Divisão de Reservas e Parques Estaduais - DRPE do Instituto Florestal tinha em 1992 o controle dominial efetivo (áreas regularizadas pela Procuradoria Geral do Estado, de propriedade da Fazenda do Estado) em 18,9% do total da área das unidades de conservação que administra. Em 10% mantém o controle dominial relativo (áreas em processo avançado de regularização fundiária). Dos 71,1% restantes, há 416.242 ha (54,46% da área total) aguardando implantação e trabalhos de regularização fundiária, e 127.600 ha (16,69% da área total) regularizados pela Procuradoria Geral da Fazenda. Esta última apresenta, entretanto, graves conflitos dominiais e ocupações irregulares resultado da falta de recursos humanos e materiais necessários para o controle dessas áreas. Por outro lado, grandes somas de recursos são drenados por desapropriações indiretas, em ações precariamente defendidas pelo governo estadual, que muitas vezes resultam em indenizações desproporcionais, irregulares e até mesmo ilegais"*.

Dados mais recentes, obtidos no Instituto Florestal, da situação fundiária e dominial da EEJI mostram, em 1998, 67.868,70ha de áreas de domínio definitivo relativo e áreas sub judice, representando 85% da área total de 79.830ha, assim como 11.961,30ha de áreas pendentes de regularização fundiária, representando 15%, aguardando a edição de novos Decretos Declaratórios de Utilidade Pública para fins de desapropriação (Tabelas 2 e 3 e Figura 1).

Tabela 2 - Áreas de Domínio Definitivo ou Relativo e Áreas Sub Judice, EEJI, Estado de São Paulo, 1998

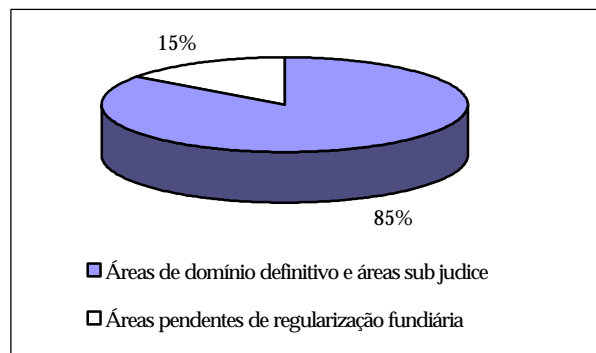
Área	Hectare	Porcentagem
Domínio definitivo	3.470,97	4,35
Imissão de posse provisória	5.450,00	6,83
Ajuizadas	54.446,51	68,2
Desapropriação indireta	1.932,35	2,42
Julgadas devolutas não ajuizadas	1.036,40	1,30
Vagas não reivindicadas	1.532,45	1,90
Total	67.868,70	85,00

Fonte: Instituto Florestal.

Tabela 3 - Áreas Pendentes de Regularização Fundiária, EEJI, Estado de São Paulo, 1998

Área	Hectare	Porcentagem
Processos de expropriação extintos	310,00	0,39
Não levantadas	1.145,02	1,43
Não ajuizadas por critérios PGE	2.769,43	3,37
Montagem de processos	7.736,85	9,70
Total	11.961,30	15,00

Fonte: Instituto Florestal.



Fonte: Instituto Florestal.

Figura 1 - Participação da Situação Fundiária da EEJI sobre sua Área Total, 1998.

A complexidade da situação da população quanto à posse e uso da terra evidencia-se nas inúmeras denominações ou conceitos jurídicos necessárias para definir o que ocorre na área³.

A situação dominial da EEJI, da forma como está hoje, tem sérias implicações para a sua administração: dificulta as atividades de fiscalização e controle da unidade, inclusive no que se refere à pesquisa e visitação, e torna impraticável o cumprimento legal de suas

³**Área de domínio indefinido:** toda porção de terra economicamente apreciável que esteja, simultaneamente, matriculada no registro Imobiliário em nome de mais de um dono, em continuação de transcrições ou matrículas diversas. Tais áreas compreendem diversas sobreposições de títulos numa mesma área; **área de domínio definitivo:** são áreas que foram desapropriadas e indenizadas totalmente e que, posteriormente, serão incorporadas ao patrimônio do Estado; **desapropriação direta:** é uma ação movida pelo Poder Público que se inicia pela declaração de utilidade pública sobre um bem individual, para incorporá-lo ao seu patrimônio, a fim de atender ao objetivo específico da administração pública; **desapropriação indireta:** é uma ação movida pelo particular que teve seu bem imóvel apossado pelo Poder Público ou seus agentes; **imissão de posse provisória:** é o mandado judicial expedido na ação de desapropriação que autoriza a Administração Pública a imitar-se na posse do bem. A imissão na posse é **provisória**, quando o depósito é inicial e **definitiva** quando total; **terras devolutas estaduais:** são terras apuradas nas ações discriminatórias, sobre as quais não incidem nenhum título de domínio considerado legítimo.

finalidades. Para os moradores essa indeterminação promove a estagnação, o abandono da atividade agrícola de subsistência e o redirecionamento para atividades do setor da economia informal.

4.1 - A Agricultura Familiar do Bairro⁴

Os moradores de Itinguçu, aproximadamente 126 indivíduos, são migrantes vindos de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais ou mesmo da região do Vale do Ribeira e têm tradição de trabalho na lavoura. Os pais, sem exceção, trabalharam na terra. Antes de constituírem família, trabalharam na terra dos pais. Os que vieram de Minas Gerais trabalharam “a meia”. Situação parecida foi encontrada em estudo no município de Sete Barras, onde *“a maioria dos posseiros migrantes veio de regiões que foram e ainda são ocupadas pela pequena agricultura de subsistência, ou seja: Agreste Nordeste, Interior da Bahia, Espírito Santo e Zona da Mata Mineira”* (ZAN, 1986).

O processo de migração para Itinguçu apresenta igualmente um paralelo com o que foi encontrado por esse autor quando, apoiado em DURHAN (1973), afirma que a crise da agricultura de subsistência e da *“sociedade cabocla”* nos lugares de origem provocou o intenso movimento migratório dessas populações para as regiões economicamente mais desenvolvidas do País ou para a fronteira agrícola.

Com exceção das famílias de “barraqueiros⁵”, os demais vivem da agricultura de subsistência. Os sítios têm entre 10 e 20 alqueires. Mas a falta de renda dos moradores torna a agricultura uma tarefa extremamente difícil. Não raras vezes não dispõem de dinheiro para comprar semente para o plantio. As sementes são adquiridas em Peruíbe, principalmente as de milho e feijão. Antes, com a venda da banana obtinham certa receita. A roça é a única alternativa de vida da maior parte dos moradores.

A pequena produção de subsistência de Itinguçu tem as características comuns às do restante do País no que se refere à organização e estrutura das unidades produtivas determinada pela organização da família conjugal. Na maior parte das vezes organizam-se em grupos de vizinhança estabelecendo relações sociais mínimas entre si, formando o bairro. Produzem com técnicas primitivas e uso extensivo do solo o que requer a disponibilidade constante de terras (DURHAN, 1973). À época da criação da Estação, a banana estava com um preço melhor e os agricultores conseguiam boa renda. No início não havia limitação de áreas. As roças ficavam entremeadas umas com as outras. Fazia-se o rodízio de áreas numa agricultura itinerante. Quando a área transformou-se em Estação, começaram as restrições de área e da prática do cultivo, proibindo-se o uso de herbicidas e adubos. A produção comercial de banana gradativamente foi se extinguindo. Hoje tem muita banana no mercado, o preço está muito baixo, e a cada dia que passa o consumidor é mais exigente. Isso dificulta a inserção comercial de um produto que não atende aos padrões de qualidade, que só são obtidos com o uso de tecnologias que esses agricultores não podem adotar.

⁴Optou-se por denominar Itinguçu “bairro”, pois, ele não tem a organicidade de uma comunidade no sentido de unidades domésticas relacionadas por parentesco, por divisão e organização do trabalho em atividades coletivas frequentes, mutirões agrícolas, batizados, festas religiosas e trocas de produtos, face às necessidades.

⁵Denominação dada aos moradores que praticam o comércio local.

O meio natural do bairro é variado e dependendo da localização do sítio o solo e o relevo são melhores para certos plantios. A faixa de baixada é boa para a agricultura, daí as afirmações de alguns moradores de que “tudo que se plantar dá”. Entretanto, está longe de uma produção comercial. Procedimentos como a pulverização e a adubação são restringidos pelas características da Estação e a forma “natural” de produção não oferece condições para uma produção que tenha competitividade. Já os sítios localizados na faixa de serra não oferecem nem as condições naturais para a produção onde a erosão torna difícil qualquer agricultura.

Plantam-se hoje, ainda que de forma limitada para o consumo, alguns produtos como: arroz, feijão, milho, mandioca, jaca, abacaxi, cana, batata, maracujá e gengibre. Esta produção, entretanto, por ser insuficiente, é complementada com produtos comprados em Peruíbe. O local é particularmente impróprio para o cultivo do feijão devido à umidade.

A mandioca e a cana são comercializadas entre os moradores locais, aqueles que têm barraca compram cana para fazer garapa e mandioca para servir na lanchonete.

A agricultura é praticada entre os membros da família, sendo um trabalho sem especialização em que quase todos participam de uma forma ou de outra. Não existem formas de especialização de funções dados os baixos níveis da divisão de trabalho e da estratificação social, como descrito por FRANCO (1983) referindo-se à sociedade caipira: *“A pobreza da cultura reforça essa tendência (de economia que não se assenta em divisão de trabalho, não sustenta formas de especialização e de estratificação social). As tarefas simples e rotineiras podem ser completamente dominadas por todos os membros da família.”* Os instrumentos utilizados hoje são ainda rudimentares: cavadeira, machado, foice, enxada, enxadão, sem o uso de tração animal nem arado. É comum a criação de pequenos animais como porco e galinha para consumo próprio ou para um incipiente comércio.

A criação de pequenos animais (porco, galinha, etc.) não está sendo muito explorada e uma das razões apontadas é o risco de roubo. *“Aqui dá ladrão pra chuchu...como dá ladrão...eu fico aqui 20 dias cuidando das galinhas, dando milho, batendo mandioca...depois eu passo 10 dias lá em Santos, quando chegar aqui ... então é por isto que eu não crio nada.”*

Hortaliças são hoje pouco cultivadas devido às dificuldades como o ataque de formigas e as “queimas” provocadas pelas maresias. As condições edafoclimáticas não favorecem o cultivo de algumas espécies de frutas, como evidenciam as afirmações dos moradores: *“manga é difícil de dar devido às condições do clima muito úmido”* e *“a mixirica dá um ‘besourinho’ que entra dentro da madeira dela, rapidinho morrem os pés”*, *“melancia não dá, coco é só a casca, com pouco miolo, e caju dá um pouco”*. Porém, algumas espécies de frutas (cacau, goiaba, jabuticaba, laranja, poncã, fruta do conde, e guavirá) são cultivadas. As dificuldades apontadas pelos moradores sugerem uma transposição das culturas características do Nordeste e que não se adaptam tão bem ao Sudeste, particularmente, à Juréia, local muito úmido.

Os entraves à produção e a falta de condições para colocar o produto no mercado fazem com que não se sintam estimulados a reivindicar mais terra. Sem meios para transportar o produto para colocá-lo à venda em Peruíbe ou outro bairro mais próximo, não se vêem aumentando a produção. A banana, que é o produto de melhor comercialização,

freqüentemente é perdida: *“passarinho come e ou se demora muito para vender amadurece e cai do pé”. “Não tem pra quem vender...eu mesmo perdi muita banana aqui, via a banana cair no chão e derreter tudo, porque não tinha comprador...”*.

A única alternativa de vida para 19 das 25 famílias é a roça: *“A pessoa que não tem o 4º ano dentro da cidade...só se for trabalhar de servente de pedreiro, para outro serviço não. Se for trabalhar de motorista tem que ter leitura, se for no escritório tem que ter leitura...se é para trabalhar na rua como varredor de rua tem que ter 8º série, se não tiver, não encontra serviço”*.

Poucos moradores do bairro possuem algum gado de leite e de corte. O gado de corte é vendido vivo e o de leite é só para consumo próprio.

“Gado eu não quero criar aqui por causa da mutuca. O gado fica muito sofrido, fica vermelho de sangue e tem o marcegão vampiro que senta num lugar de noite e sangra os animais. Tem que deixar a luz acesa a noite toda para os morcegos não atacarem o gado. E nós não temos luz elétrica no sítio. Nós já fizemos o requerimento da luz e foi aprovado pelo prefeito de Iguape que falou que em 8 meses a luz tava lá. Mas acho que esse negócio de ecologia fica amarrando as atividades”.

A despeito das dificuldades locais, alguns moradores têm projetos para o futuro quanto ao plantio e processamento de mandioca e palmito, embora este último seja legalmente proibido.

A expectativa de produzirem algo comercial como o palmito está presente em seus discursos. Por trás dessa expectativa estão informações de experiências em Reservas Extrativistas no Norte do País, trazidas pelo Sindicato da Agricultura Familiar com o qual mantêm estreitas relações. No entanto, há que se lembrar aqui que, a Juréia é uma Estação Ecológica e não uma Reserva, com legislação restritiva à qualquer introdução e manejo de espécies não nativas. Para as autoridades responsáveis pela Estação, o manejo de pupunha (palmito) representa a introdução de espécie exótica que legalmente não é possível. Entretanto, se se levar em conta a sustentabilidade humana, há que se priorizar estudos direcionados à comprovação da existência de condições danosas ou não desses procedimentos e mesmo discutir a mudança necessária da Lei.

5 - IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Os impactos verificados na agricultura familiar de subsistência de Itinguçu devem ser observados da perspectiva do diagnóstico realizado (Quadro 1).

Quadro 1 - Diagnóstico dos Principais Problemas da Agricultura Familiar de Itinguçu, EEJI, 2000

Problema	Causa	Efeito
1 - Baixa produtividade	- Excesso de chuva.	- Perda total da produção. - Dificuldade de secagem do produto obtido.
2 - Áreas difíceis para agricultura – encostas	- Terreno não apresenta fertilidade suficiente e sujeito à erosão.	- Impossibilidade de produção das alternativas de lavoura branca (anual) nessas áreas.
3 - Perda da produção de banana	- Faltam canais de comercialização e transporte.	- Abandono da atividade agrícola local mais rentável.
4 - Desestímulo à produção	- Indefinição e morosidade na solução das questões fundiárias. - Ausência de renda para investir na produção e comercialização. - Atividade não rentável. - Falta de infra-estrutura necessária à comercialização da produção. - Concorrência da rentabilidade das atividades diretas e indiretas do comércio. - Falta de apoio e orientação técnica para a agricultura possível. - Ausência de projetos para a agricultura local. - Ausência de planos de manejo.	- Indefinição da situação do morador. - Apreensão quanto às perspectivas para o futuro. - Abandono da atividade agrícola e migração do trabalho para atividades não agrícolas. - Concentração do trabalho nas atividades relacionadas ao turismo. - Degradação do trabalho.
5 - Desintegração da agricultura familiar	- Restrições legais da Estação Ecológica (terra, trabalho, investimentos).	- Proliferação de atividades marginais. - Marginalidade econômica/social. - Criminalidade.
6 - Lixo	- Irregularidades na coleta: bairro de fronteira entre os municípios de Iguape e Peruíbe. Prefeitura de Peruíbe é que se encarrega da coleta, pois Iguape é muito longe.	- Poluição local, contaminação da rede hidrográfica, acúmulo de insetos e ratos, foco de doenças.

Fonte: Dados de pesquisa.

Assim, as atividades agrícolas do bairro apresentam problemas como:

- 1 - O excesso de chuvas acarreta baixa produtividade com dificuldade de secagem do produto e, por vezes, a perda total da produção.

- 2 - As áreas de encosta são difíceis para a agricultura, pois o terreno não apresenta fertilidade suficiente já que está sujeito à erosão. Nessas áreas, é impossível a produção de lavoura branca (anual).
- 3 - A atividade agrícola mais rentável - a banana - foi abandonada pelas dificuldades na produção, por ser proibido o uso de fertilizantes ou herbicidas. A comercialização também é problemática: quando há produção faltam canais de comercialização e transporte.
- 4 - Desestímulo à produção devido à indefinição e morosidade na solução das questões fundiárias; ausência de rentabilidade para investir na produção e comercialização; falta de infra-estrutura que viabilize a comercialização (estradas, transporte); concorrência da rentabilidade das atividades diretas e indiretas do comércio local; falta de apoio e orientação técnica para a agricultura possível; ausência de projetos agrícolas para a área; ausência de planos de manejo. A indefinição da situação do morador cria a apreensão quanto às perspectivas futuras induzindo ao abandono da atividade agrícola e migração do trabalho para atividades não agrícolas, degradação e concentração do trabalho nas atividades relacionadas ao turismo.
- 5 - Verifica-se uma desintegração da agricultura familiar principalmente pelas restrições legais impostas com a criação da Estação Ecológica no que se refere à terra, ao trabalho e investimentos.
- 6 - O meio ambiente sofre as consequências das irregularidades na coleta do lixo. Sendo um bairro sob a jurisdição de Iguape, situado na fronteira do Município de Peruíbe, a Prefeitura deste último é que acaba se encarregando da coleta, já que não existe acesso à Iguape. Todavia a ambigüidade da atribuição prática municipal reflete-se na irregularidade da coleta, resultando na poluição e contaminação da rede hidrográfica com acúmulo de insetos e ratos, focos de doenças.

A condição geográfica de estar situado dentro de uma Unidade de Conservação e próximo à cidade banerária de Peruíbe, assim como as atividades relacionadas ao turismo, impactam não só a população mais antiga, mas também e, sobretudo, as novas gerações que adotam atitudes e valores urbanos, elaborando projetos para o futuro de difícil execução, dadas as limitações econômicas e educacionais.

Com a instituição da Unidade de Conservação substitui-se a indeterminação de fronteiras existentes no passado, numa agricultura itinerante, pela definição e restrição do espaço, o que é meu e o que é seu. Muda igualmente o jeito do sítio existir, o conceito de “propriedade” e da posse.

Assim, constatou-se a existência de agricultores familiares localizados numa área onde se praticava uma agricultura convencional com a utilização de adubos e agrotóxicos em pequena escala, e que, a partir da criação da EEJI, passaram a ser proibidos. Tais agricultores, que já conviviam com as dificuldades normais da produção agrícola tradicional, posteriormente convencional, viram-se, de uma hora para outra, cerceados em seus usos e costumes, sem outras alternativas de sobrevivência.

A população moradora de Itinguçu sofre os impactos da criação da Estação Ecológica no que se refere à proibição do uso de adubos e agrotóxicos; à posse da terra - a situação complexa e os casos indefinidos desestimulam a prática da agricultura, instaurando a instabilidade entre os moradores; a proibição de construção de novas

moradias com a ampliação das famílias – novos núcleos familiares; à proibição da caça, extração de madeira e palmito, meios com os quais contavam para a sobrevivência; à proibição da produção comercial da banana, pelo mesmo motivo.

Apesar das especificidades deste estudo, os problemas enfrentados apresentam características semelhantes aos enfrentados pela agricultura familiar de outras localidades como as da região sudoeste do Estado de São Paulo, abordados por OLIVETTE; NOGUEIRA; MELLO (2000) e outros estudiosos. Esta semelhança de problemas indica ser mais uma consequência do modelo de política agrária e agrícola adotado no País, do que características de situações isoladas e, por isso, aponta a necessidade de políticas direcionadas a esse segmento da agricultura familiar.

Soluções alternativas são necessárias para que se promova a inclusão social dessa população, já que grande parte dos problemas são de ordem sócio-econômica (Quadro 2).

Ignorar ou excluir do espectro da ecologia a população que historicamente ocupa o local há anos significa ignorar importante parcela da realidade; aquela em que se dá a interação e modificação da relação homem-mulher-natureza com consequências destruidoras para todos.

6 - CONCLUSÕES

A análise das condições da população moradora de Itinguçu revelou que os entraves que afetam a produção agrícola, quais sejam: a legislação restritiva da Estação Ecológica; as adversidades do meio natural; a escassez de renda; a ausência de infra-estrutura necessária de acesso aos mercados, impedem o desenvolvimento local sustentável.

Estudos e pesquisas que visem a identificação das compatibilidades edafoclimáticas e os planos de manejo para culturas compatíveis com o ecossistema são imprescindíveis, assim como a elaboração de políticas e a criação de estruturas necessárias às instituições responsáveis pela Estação, bastando, para isso, uma dotação de recursos específicos.

Quadro 2 - Soluções Alternativas para a Agricultura Familiar de Itinguçu, EEJI, 2000

Soluções alternativas locais	Entraves	Soluções institucionais
1 - Desenvolvimento de planos de manejo para culturas compatíveis com o ecossistema.	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de políticas e estruturas necessárias às instituições responsáveis pela Estação. - Falta de estudos e pesquisas para esse fim. 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização do IF/SEMA à solução dos problemas sócio-econômicos da área. - Priorizar pesquisas que identifiquem as compatibilidades edafoclimáticas da área. - Dotação dos recursos ao IF para a execução dos planos de manejo viáveis.
2 - Retorno da produção de banana com vistas à industrialização caseira.	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de combate às pragas e falta de insumos alternativos eficazes e permitidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver estudos de processos alternativos de adubação e combate às pragas.
3 - Instalação de infra-estrutura necessária ao transporte de mercadorias ao centro urbano mais próximo - Peruíbe.	<ul style="list-style-type: none"> - Ambigüidade da responsabilidade municipal: localização do bairro na fronteira de dois municípios: Iguape e Peruíbe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção/manutenção de estrada ligando Itinguçu a Peruíbe.
4 - Restabelecimento da Associação dos moradores locais para montagem da fábrica de doce e comercialização da produção.	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilidade do espírito comunitário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho junto à comunidade visando o associativismo.
5 - Fábrica de doce de banana para complementar ganhos fora da temporada.	<ul style="list-style-type: none"> - Falta organização comunitária da população. - Passarela para facilitar a travessia de um lado para outro do rio. - Autorização para construir fábrica antes do rio. - Desinteresse das autoridades locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de construção de uma fábrica de doce de banana.
6 - Coleta de lixo sistemática com a finalidade de evitar poluição ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Infra-estrutura possível a Peruíbe cuja jurisdição atual não afeta o bairro, que pertence juridicamente ao município de Iguape. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração da jurisdição municipal integrando Itinguçu a municipalidade de Peruíbe excluindo-o da jurisdição do município de Iguape dada a inviabilidade desta última.

Fonte: Dados de pesquisa.

O estudo dos processos alternativos de adubação e combate às pragas seriam necessários para a superação da falta de insumos eficazes à produção agrícola e agroflorestal. A solução da ambigüidade vigente na atuação municipal (o município está na jurisdição de Iguape mas é a Prefeitura de Peruíbe que atua efetivamente) sobre Itinguçu seria outra providência necessária para a conservação local, assim como a instalação da infra-estrutura necessária ao transporte de mercadorias ao centro urbano mais próximo - Peruíbe.

O desenvolvimento de um trabalho junto à comunidade, visando o associativismo e restabelecendo a associação dos moradores locais no sentido de industrialização e venda da banana, seria outro caminho para se contrapor à fragilidade do espírito comunitário observado.

A solução das questões fundiárias e dominiais de Itinguçu são, do ponto de vista da sustentabilidade, prementes para os moradores e, do ponto de vista da administração pública, seria um grande avanço, pois, incorporadas ao patrimônio público, as áreas já

ajuizadas constituiriam mais de 70% da área da Estação garantidas legalmente.

A desintegração da agricultura familiar observada, pela falta de inserção da população, principalmente da população mais jovem, termina nos descaminhos do desemprego e da marginalidade.

A falta de qualificação necessária aos poucos empregos existentes na cidade mais próxima, Peruíbe, indica que novas formas de inserção deverão ser estudadas para que este segmento não venha a engrossar os contingentes humanos que vivem nas ruas das cidades.

Programas e estratégias que não comprometam a sobrevivência dos habitantes deverão levar em conta as características específicas dos moradores em sua estreita dependência do espaço e dos laços estabelecidos com a região.

Associações, órgãos estaduais e entidades não governamentais que já atuam na área deverão definir tais programas com a participação efetiva da “comunidade”, considerando o etno-conhecimento adquirido por esta. Há que se apontar aqui que, os problemas detectados em Itinguçu não se restringem somente a esse bairro, mas a muitos outros dentro da Estação.

LITERATURA CITADA

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1983.

MARQUES, A. A. U.; VACCARO, S. **Relatório de estágio realizado na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. Santa Maria, RS: UFSM/Centro de Ciências Rurais, 1992. Mimeo.

MINISTÉRIO ALEMÃO DE COOPERAÇÃO ECONOMICA. **ZOPP**: iniciação ao método. Berlin: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit-GTZ, 1987. Mimeo.

MUZILLI, O. **Diagnostico rápido participativo (DRP)**. Londrina: [s. n.], 1997. Mimeo.

_____ et al. Desenvolvimento no enfoque de P & D. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 113-128, maio/ago. 1998.

OLIVEIRA, C. de; SILVA, L. A. **Programa de educação ambiental do Vale do Ribeira**. São Paulo: SMA/SE, 1992.

OLIVETTE, M. P.; NOGUEIRA, E. A. e; MELLO, N. T. de. Emprego e renda: o processo participativo como instrumento para o desenvolvimento regional. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 10, p. 25-31, out. 2000.

QUEIROZ, R. C. de. **Atores e reatores na Juréia**: idéias e práticas do ecologismo. Campinas, 1992. Tese (Mestrado) - Universidade de Campinas.

RICHARDS, A. I. The development of field work method in social anthropology. In: BARTLETT, F. et al. **The study of society**: methods and problems. London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1961. p. 272-316.

WILLEMS, E. **Uma vila brasileira**: tradição e transição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. (Corpo e Alma do Brasil, v. 4).

ZAN, J. R. **Conflito de terra no Vale do Ribeira**: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo.